

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**NADGE BRESSAN NILSON**

**A FORMAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS E AS NOVAS DIRETRIZES  
CURRICULARES: O IMPACTO NO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA  
UNIPAMPA**

**São Borja**

**2017**

**NADGE BRESSAN NILSON**

**A FORMAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS E AS NOVAS DIRETRIZES  
CURRICULARES: O IMPACTO NO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA  
UNIPAMPA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Lübeck

**São Borja**

**2017**

**NADGE BRESSAN NILSON**

**A FORMAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS E AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES: O IMPACTO NO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA UNIPAMPA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Públicas- Ênfase em Produção Cultural da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Públicas.

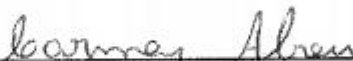
Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 05/07/17.

Banca examinadora:



---

Profa. Dra. Elisa Lübeck  
Orientadora  
UNIPAMPA



---

Profa. Dra. Carmen Abreu Gonçalves  
UNIPAMPA



---

Prof. Dr. Joel Felipe Guindani  
UNIPAMPA

Dedico este trabalho a minha família, pai e mãe que nunca mediram esforços para que eu pudesse me graduar em Relações Públicas. Aos amigos e amigas que tive o privilégio de conhecer durante a graduação, aos colegas que conheci e convivi todos esses anos. Agradeço também a família Falcão que me acolheu como membro da família, aos professores que pude de alguma forma trabalhar e aprender muito nesses 4 anos de UNIPAMPA. Em especial aos professores Carmen, Cristovão, Elisa e Joel.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão teve como objetivo fazer um levantamento sobre o impacto e as possibilidades das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa, em especial, no que tange a realização dos Estágios Curriculares Obrigatórios I e II, além de verificar as percepções dos discentes sobre o novo projeto político pedagógico do curso. Analisando a situação que o município se encontra, pensou-se então realizar outro levantamento relativo a quantidade de empresas ativas na Associação de Comércio e Indústria de São Borja, que possuam um departamento de comunicação e estejam de acordo em receber um discente para a realização do estágio, visto que, estima-se que possua apenas 3 profissionais atuando, sendo um campo de estágio limitado por não ter haver profissionais suficientes na supervisão do mesmo dentro do âmbito da empresa concedente.

Palavras-chave: Comunicação. Formação. Graduação. Relações Públicas.

## **ABSTRACT**

The present study aimed to make a survey about the impact and possibilities of the National Curricular Guidelines for the Public Relations Undergraduate Program of the Federal University of Pampa, especially regarding the accomplishment of the Mandatory Curriculum I and II, In addition to verifying the perceptions of the students about the new political pedagogical project of the course. Analyzing the situation that the municipality is, it was thought to carry out another survey regarding the number of companies active in the Trade and Industry Association of São Borja, which have a communication department and agree to receive a student to carry out the Since it is estimated that it only has 3 professionals working, being a field of limited internship because there are not enough professionals in the supervision of the same within the scope of the granting company.

Keywords: Communication. Formation. University graduate. Public Relations.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Matriz Curricular do Curso de Relações Públicas – Ênfase em Produção Cultural – 2015.....	32
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Carga horária da matriz curricular do curso de Relações Públicas.... 29



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA por Estado de origem.....	32
Gráfico 2 – Quantidade de alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA do Rio Grande do Sul por cidade de origem.....	33
Gráfico 3 – Quantidade de alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA de São Paulo por cidade de origem .....	33
Gráfico 4 – Número de alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA que permanecem em São Borja durante as férias.....	34
Gráfico 5 – Número de alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA que não permanecem em São Borja durante as férias.....	35
Gráfico 6 – Motivos pelos quais os alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA fariam ou não estágio durante as férias.....	36
Gráfico 7 – Número de alunos do curso de Relações Públicas da UNIPAMPA que possuem em sua cidade de origem empresas com departamento de comunicação.....	36
Gráfico 8 – Tipos de empresas que possuem departamentos de comunicação na região Sul e Sudeste.....	37
Gráfico 9 – Número de alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA que se sentem preparados para realizar estágio na área.....	38
Gráfico 10 – Motivos pelos quais os alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA sentem-se motivados ou não.....	39
Gráfico 11 – Opinião dos alunos em relação se a matriz curricular (2016) do curso de Relações Públicas da UNIPAMPA atende as suas demandas.....	40
Gráfico 12 – Disciplinas que contribuem para a formação dos alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA.....	41
Gráfico 13 – Opinião dos alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA sobre a matriz curricular 2016 contemplar as demandas do mercado contemporâneo...	42
Gráfico 14 – Justificativa dos alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA em relação a matriz curricular 2016 do curso contemplar as demandas do mercado contemporâneo.....	43
Gráfico 15 – Opinião dos alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA sobre a ênfase em produção cultural contribuir na obtenção de emprego.....	43

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABRP – Associação Brasileira de Relações Públicas

ACISB – Associação de Comércio e Indústria de São Borja

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

CONFERP – Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas

CONRERP – Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas

DCN – Diretriz Curricular Nacional

PPC – Projeto Político Pedagógico

RP – Relações Públicas

TCE – Termo de Compromisso de Estágio

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 RELAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 A regulamentação das Relações Públicas.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 A formação em Relações Públicas no Brasil.....</b>	<b>18</b>
<b>3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA.....</b>	<b>22</b>
<b>3.1 O curso de Relações Públicas da UNIPAMPA São Borja.....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 Perfil do egresso.....</b>	<b>26</b>
<b>3.3 Matriz curricular.....</b>	<b>27</b>
<b>4 IMPACTOS E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM RELAÇÕES PÚBLICAS PARA O CURSO DE RP DA UNIPAMPA.....</b>	<b>31</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão teve como objetivo fazer um levantamento sobre o impacto e as possibilidades das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa, em especial, no que tange a realização dos Estágios Curriculares Obrigatórios I e II, além de verificar as percepções dos discentes sobre o novo projeto político pedagógico do curso.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Relações Públicas foram instituídas através da Resolução n.2, em setembro de 2013, e abrangeram, conforme expresso no art. 2º: projeto pedagógico e matriz curricular; linhas de formação; carga horária total; descrição de competências gerais e específicas; habilidades e perfil desejado para o futuro profissional; conteúdos curriculares; estágio curricular supervisionado; atividades complementares; entre outras (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013). Ainda, de acordo com o Art. 6º da referida Diretriz, os conteúdos curriculares dos cursos deveriam estar organizados em quatro eixos, a saber: Formação Geral; Comunicação; Relações Públicas e Formação Suplementar (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

A partir da referida resolução, os cursos tiveram um prazo de dois anos para reorganizarem seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPC) a fim de se adequarem as novas diretrizes curriculares. Dessa forma, o Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), reestruturou seu PPC e implantou sua nova matriz curricular em 2016.1. Devido às diretrizes nacionais, a matriz curricular do Curso de Relações Públicas da UNIPAMPA sofreu modificações e adequações, sendo inserido o Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado em Relações Públicas I e II, a ser realizado no 5º e 6º semestres.

Conforme art. 7º descreve da diretriz o estágio supervisionado deve ser um componente com carga horária de 200 (duzentas) horas e regulamentado pelo colegiado da instituição, em consonância com a Lei n. 11.788, de 25/9/2008 (BRASIL, 2008b). Deverá ser uma atividade obrigatória de vivência profissional, executada interna ou externamente à instituição e compõe-se de conjuntos de atividades de formação que visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Para melhor compreensão, este trabalho está disposto em três capítulos. O capítulo 1, intitulado “Relações Públicas no Brasil” traz, em síntese, o surgimento da profissão no país, sendo apresentados os principais acontecimentos por década, como importância da profissão em determinados períodos, a relevância da atividade profissional e o cenário atual da profissão no Brasil. Ainda, em continuidade do capítulo 1, é apresentado a regulamentação da profissão, a partir de documentos, tais como: Leis, decretos, normativas e resolução que regulamentaram a profissão de RP no país. Por fim, será apresentada a “Formação em Relações Públicas no Brasil”, bem como as primeiras instituições de ensino superior com o curso de RP no país e as principais conquistas adquiridas no ensino da profissão, além de pesquisa realizada no CONFERP e E-MEC.

O capítulo 2 abordará “O Curso de Relações Públicas da UNIPAMPA”, abordando a concepção da universidade na região do pampa, bem como todo processo de concretização da instituição. Ainda neste capítulo será apresentada a criação do curso de RP na UNIPAMPA *campus* São Borja, tal como as principais informações referentes ao curso e as suas convicções balizadoras, a reformulação do PPC em 2013 e a inserção do novo componente curricular obrigatório. Ainda sobre o segundo capítulo abordaremos o perfil do egresso dando destaque ao perfil profissional evidenciado pela própria UNIPAMPA e o perfil descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais como perfil padrão dos profissionais de RP. Para finalizar este capítulo apresenta a matriz curricular do curso de RP da UNIPAMPA.

No capítulo 3 será exposto o “Impacto e as Possibilidades do Estágio Obrigatório em Relações Públicas para o curso de RP na UNIPAMPA”, bem como a pesquisa realizada com os discentes para identificar suas cidades de origem, visando ampliar as possibilidades de estágio e, talvez, estabelecendo novos convênios com empresas com departamento de comunicação que possuam algum profissional da área da comunicação exercendo suas atividades. Por fim, será discutido o processo para a realização do estágio, tal como, a definição, a divisão de estágios, documentação necessária, legislação e normas para estágios.

## 2 A PROFISSÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL

Este segundo capítulo tem o propósito de apresentar o surgimento da profissão no país até o presente momento. Expondo, por ordem cronológica, os fatos de maior relevância que se sucederam no país por meio da atividade profissional, a sua regulamentação e a formação superior em RP nos próximos subcapítulos.

De acordo com Andrade (1993 *apud* WELS 2008, p. 198), a profissão de Relações Públicas surgiu no Brasil após a empresa canadense de eletricidade *The São Paulo Tramway Light & Power Company Limited*, (Eletropaulo) fixar-se no país. Com a necessidade de estabelecer uma comunicação entre a empresa e seus públicos-alvo e, com interesse em gerar vínculos e estabelecer a compreensão, foi instituído, em 30 de janeiro de 1914, o primeiro departamento de comunicação, coordenado pelo engenheiro Eduardo Pinheiro Lobo (patrono das RP no Brasil). O pioneirismo da Eletropaulo mostrou que as multinacionais valorizavam a comunicação, em especial, as áreas de propaganda, publicidade e relações públicas, tornando-se exemplo para outras empresas e instituições.

A vinda das Relações Públicas para o Brasil, segundo França (2003), iniciou com uma perspectiva de êxito e reconhecimento que já havia sido alcançado em outros países como: Inglaterra, Estados Unidos e Canadá. No entanto, para guiar a atividade, foram aplicados conceitos que não estavam muito adaptados a cultura nacional. Somando-se a isso, os autores destacam que a regulamentação da atividade no país foi prematura, visto que, foi o primeiro país do mundo a regulamentar o exercício da profissão. Em conformidade com a ordem cronológica expressa por Kunsch (2002 *apud* TAVARES, 2015), a década de 50, foi marcada por inúmeros acontecimentos no âmbito das RP, como a criação em 1951, do Departamento de Relações Públicas, da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, RJ, caracterizando-se como o primeiro Departamento de Relações Públicas autenticamente nacional. Mostrando que as empresas brasileiras passavam a enxergar a relevância das RP.

Nesse período os profissionais que trabalhavam com as RP, realizavam atividades e rodas de conversa para a troca de ideias e experiências, visando valorizar e aperfeiçoar a profissão, ocasionando, em 21 de julho de 1954, em São Paulo, a criação da Associação Brasileira de Relações Públicas – ABRP. A ABRP

reuniu os representantes da profissão no país e foi determinante para a estabilização da atividade, trazendo Hugo Barbieri como seu primeiro presidente. De acordo com Gurgel (1985):

A finalidade da ABRP, expressa em seus primeiros estatutos, era: a) congregar todos os profissionais, estudiosos e entidades cujas atividades sejam ligadas a Relações Públicas; b) tornar conhecida, apreciada e respeitada a atividade profissional de Relações Públicas; c) proporcionar o aperfeiçoamento profissional de seus associados e das pessoas que desejarem dedicar-se a Relações Pública, promovendo cursos, palestras, congressos, etc, d) pugnar pelo conhecimento, oficialização e regulamentação da profissão de Relações Públicas e de cursos de formação profissional (GURGEL, 1985, p. 35).

Assim, a ABRP passou a oferecer cursos, reuniões e algumas publicações referentes à recente profissão no país, cooperando, pra que fosse apresentado um projeto de lei para disciplinar a atividade no país, o que se materializou anos mais tarde.

De acordo com Kunsch (1997), a década de 60 foi uma das mais delicadas de toda memória do país, considerando o contexto histórico, político e social e o golpe militar de 64. Um dos campos que mais sofreu durante a ditadura foi a área das relações públicas, pela criação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) pelo governo em 15 de julho de 1968 em que assumiu um papel de agência de publicidade política, para vender o regime opressor de maneira acentuada, encobrando a censura mais violenta que o Brasil já vivenciou.

Dessa forma, percebemos que “a atuação agressiva dessa assessoria contribuiu para formar um conceito negativo da essência das relações públicas junto a formadores e multiplicadores de opinião, em um período tão conturbado da vida nacional” (KUNSCH, 1997, p. 26). Todavia é interessante destacar que essa assessoria não apresentava qualquer profissional de Relações Públicas em exercício. Colaboravam na AERP “uma equipe de jornalistas, psicólogos e sociólogos” (idem).

De acordo com Kunsch (1997), a ligação entre a profissão e o grupo político criou uma relação bastante controversa. A AERP atuou de modo a desfigurar e encobrir a censura do governo, o qual agregou às Relações Públicas a imagem de profissionais capazes de persuadir e enganar os públicos. Ainda nesse período foi realizada no Rio de Janeiro, em 1967, o IV Congresso Mundial de Relações

Públicas, que, “entre outras coisas, definiu funções básicas e específicas da profissão”, culminando com a regulamentação da profissão (KUNSCH, 1997, p. 28). Nesse mesmo ano efetuou-se a regulamentação da profissão.

De acordo com Silva (2010), a década de 80 foi marcada pela ascensão da democracia, alterando a lógica organizacional e legitimando a liberdade de expressão os costumes usados durante a ditadura deveriam e necessitavam serem trocados, em que foram modificados de modo mais ético e transparente para comunicação entre o governo e as empresas com seus públicos.

Ainda segundo o autor, os anos 90 foi um período único para a área das RP. Naquele tempo começou o processo de reflexão sobre a teoria e a prática, marcando ainda o fomento a economia de mercado e as transformações concebidas pela globalização e o capitalismo. Fazendo necessário que a profissão de RP passasse a se moldar pelas novas exigências e linhas do mercado (SILVA, 2010).

De acordo com Nassar (2010), ao adentrar ao novo milênio a profissão teve um considerável crescimento, na área da comunicação organizacional, conforme pesquisa realizada em 2007 pela DatAberje, que é o Instituto de Pesquisa da Aberje, com 164 empresas classificadas entre as 1000 maiores empresas do país, com profissionais das mais diferentes áreas como: relações públicas, marketing, publicidade, administração, jornalismo, contabilidade e psicologia. O objetivo desta pesquisa foi mostrar a diversidade de formações na área profissional trabalhando com processos e atividades de relações públicas. O estudo revelou, segundo Nassar (2010), que: 34,1% do espaço profissional dedicado a atividade de gerenciamento da comunicação interna; 32% para profissionais de relações públicas; 10% para publicitários; 70% para eventos; 13% para administradores; 15% para profissionais de marketing; 4% para profissionais da área das exatas e 18% para profissionais da área das humanas.

## **2.1 A regulamentação da profissão no Brasil**

Como já vimos anteriormente, apontamos o início da profissão de Relações Públicas no Brasil, portanto, neste viés, iremos descrever o processo de Regulamentação dessa atividade no país. Da mesma maneira, a Lei, o Decreto e a Normativa que estabeleceram a profissão.



Os anos 60 marcaram a história do país, em razão do início do regime militar em 64, e a regulamentação da profissão de Relações Públicas em 67. Enquanto a sociedade brasileira se deparava sem seus direitos civis e constitucionais, a profissão de RP foi instituída. Após a fundação ABRP (Associação Brasileira de Relações Públicas) em 54 no exercício de desempenhar seu estatuto passou a oferecer reuniões que de fato favoreceram para a regulamentação da atividade no país, em 1965, Herbert Levy, deputado do partido político “União Democrática Nacional de São Paulo”, apresentou um projeto de Lei à Câmara dos Deputados para regularizar a profissão de Relações Públicas no Brasil, o que de fato concretizou-se por meio da Lei nº 5.377. Dessa maneira constitui-se o registro profissional, para que, profissionais que estivessem condizentes nos padrões estabelecidos pudessem desempenhar a atividade.

Menosprezada por alguns autores, como Kunsch (1997) e França (2003), esta regulamentação era vista como precipitada, porque não havia uma atividade estabelecida no Brasil até então. França (2003, p. 137) destaca ainda que “foi prematura porque impediu o questionamento de sua doutrina e a promoção de estudos para sua adaptação à cultura brasileira”. Kunsch (1997) retrata a mesma concepção sobre a regulamentação da profissão:

A emissão da lei acabou se constituindo em sério obstáculo para o crescimento e a consolidação da área [...] a regulamentação da profissão deu-se de forma prematura, pois esta ainda não havia se firmado nem na teoria nem na prática, ou seja, não era reconhecida pelo meio acadêmico e pela sociedade, apesar dos esforços feitos nesse sentido, por exemplo, pela ABRP. Suas atividades ainda eram muito confundidas com outras levadas a efeito no mercado e que possuíam uma imagem bastante negativa (KUNSCH, 1997, p. 23).

No ano seguinte, o Decreto nº 63.283, de 26 de setembro de 1968, foi consentido o Regulamento da profissão de RP, do qual trata a Lei nº 5.377/67, homologando aquilo que a ABRP assentia até aquele momento, afirmando que Relações Públicas era:

Art. 1º: a atividade e o esforço deliberado, planejado e contínuo para esclarecer e manter compreensão mútua entre uma instituição pública e privada e os grupos e pessoas a que esteja direta ou diretamente ligada, constituem o objetivo geral da profissão liberal ou assalariada de Relações Públicas (BRASIL, 1968, p. 1).

Em 1971, foi criado o Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas (CONFERP), no âmbito federal, para supervisionar e disciplinar a atividade no Brasil. Tendo como primeiro presidente, Theo Pereira da Silva, que ficou responsável por inserir nas regiões de maior aglomeração de profissionais, os Conselhos Regionais. Dessa forma, surgiram os Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas (CONRERPs), que tinham como papel cumprir as diretrizes do Conselho Federal, estando encarregados de averiguar e julgar os casos sobre ética profissional, assim como, serem responsáveis pela emissão dos registros profissionais na sua zona de cobertura, dentre outras funções.

Em 1972, o CONRERP da 4ª região foi instalado nos estados catarinense e gaúcho, comemorando seus 45 anos de atuação em maio deste ano. A contar da sua fundação o sistema, vem cumprindo a missão de agir firmemente na fiscalização do desempenho profissional e comprometido com o reconhecimento da profissão, protegendo o mercado do exercício ilegal de profissionais desqualificados.

## **2.2 A formação em Relações Públicas no Brasil**

Este subitem tem como propósito apresentar a trajetória da formação em Relações Públicas no Brasil, bem como a primeira instituição de ensino com a habilitação em RP. Ainda, trata das Diretrizes Curriculares e Bases da Educação Nacional seguido da pesquisa realizada no CONFERP e E-MEC, referentes a quantidade de instituições de ensino no país e no estado do Rio Grande do Sul.

O percurso do ensino superior de Relações Públicas no país iniciou na década de 60, na Escola de Comunicações Culturais, hoje, renomada Universidade de São Paulo-USP (TEIXEIRA, 2002 *apud* RHODEN, 2013). Naquela época, a Lei nº 5.377 foi ratificada, instituindo a atividade de Relações Públicas, colocando o Brasil na vanguarda e tornando-se o primeiro país do mundo a regulamentar a profissão de Relações Públicas. Kunsch (2006 *apud* TAVARES, 2015) relata que, a partir desse ato, disseminou-se no país o ensino superior de Relações Públicas. Conforme Jesus (2008), nos anos 60, o primeiro curso de Relações Públicas atuou em vigor com currículo próprio. Logo após, o curso seguiu as regras por um Parecer do Conselho Federal de Educação. Através da Resolução 11/69 ocorreu um vínculo entre o curso de comunicação social a área de comunicação. Andrade (1983) afirma que este fato:

“Obrigou” o curso de Relações Públicas a se vincular à área de Comunicação, contrariando a tendência firmada pelo Parecer nº 890/68, que destacava as disciplinas de Administração para a formação do profissional de Relações Públicas”. Isso demonstra a afinidade que Relações Públicas possui com a área de Administração, desde suas origens (ANDRADE, 1983, p. 158).

Assim sendo, Relações Públicas teve sua formação relacionada à área da Comunicação Social, apesar das possíveis ligações com outras áreas do conhecimento. Embora houvesse tentativas, no decorrer da história, por parte do campo das Relações Públicas e por meio de especialistas, na direção de que o curso se ligasse ao campo da Administração ao invés da Comunicação Social, o que não se concretizou.

A partir da década de 70, o ensino superior de Relações Públicas foi se consolidando, com a criação de novos cursos na área. De acordo com Moura (2008):

As Diretrizes Curriculares orientam a elaboração dos projetos pedagógicos articulando conteúdos abrangentes - conhecimentos específicos e de áreas afins. Possibilita a relação entre áreas de organização do saber, visando o perfil do egresso a atingir, com as habilidades e competências a desenvolver, previamente definidas pela instituição de ensino. O currículo é composto por uma estrutura com um núcleo específico, garantindo a identidade do curso. A estrutura deve ser flexível, permitindo uma diversificação na formação do aluno e uma integração entre teoria e prática, pesquisa básica e aplicada (MOURA, 2008, p. 693).

Ainda na década de 70, conforme Campanella (2008, p. 68-9 apud RHODEN, 2013, p. 117), “o número de faculdades de comunicação, no Brasil, em 1974, nem todas possuindo o Curso de Relações Públicas, era de 54, sendo 15 em São Paulo, 10 no Rio de Janeiro e as demais nos outros estados”. Melo (2007 apud RHODEN, 2013, p. 117) ressalta que, a qualidade do ensino era controversa, com projetos em desuso e muito além da prática brasileira, existia escassez de professores, além da profissão não estar estabilizada no Brasil. Dessa forma surgiram duas correntes sobre o ensino, de acordo com Campanella (2008):

No final da década de 70, havia duas correntes de pensamento a respeito do curso de Relações Públicas: uma pregava a unificação curricular, enquanto a outra julgava ser necessário um currículo adequado à realidade e cada região (CAMPANELLA, 2008, p. 68 apud RHODEN, 2013, p. 117).

Campanella (2008) menciona que outro caso que criou discussões na década de 70 foi quando Luiz Edgar Pereira Tostes, presidente do Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp), entregou um documento ao MEC, em que instigava a transferência da habilitação em Relações Públicas, do curso de Comunicação para a Administração. Esse fato não retratava a conformidade dos profissionais do campo da comunicação e não possuía uma base de apoio na legislação em vigor. Tal que, logo após esmiuçar as Leis singulares, que conduzia o funcionamento dos cursos de Relações Públicas deveria continuar em domínio da comunicação social.

Na década de 80, o ensino superior passou por adequações curriculares. De acordo com Teixeira (2002), essa modificação foi muito relevante, visto que, revigorou a formação dos profissionais por meio do ensino e declarou que:

Essa nova estrutura curricular que, sem dúvida, representou um passo importante para o aprimoramento da formação de nossos profissionais, não foi fruto do acaso e nem mesmo do trabalho de alguma mente privilegiada que a tenha feito descer na forma de um decreto-lei. Ela foi fruto da participação de toda a coletividade acadêmica (TEIXEIRA, 2002, p. 80 *apud* RHODEN, 2013, p. 119).

Segundo Moura (2002) um novo currículo mínimo deu-se em 1984, com a Resolução n. 02/84, trazendo demandas na infraestrutura em instalações como: laboratórios e equipamentos apropriados à formação profissional nas diversas áreas e projetos experimentais obrigatórios, nos cursos de Relações Públicas.

Em meados da década de 90 iniciaram as discussões para implementação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais que passaram a vigorar na década seguinte. Em dezembro de 1996, a Lei nº 9.394, concebeu novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) modificando o método do ensino em RP no país.

Nos anos 2000, inúmeros cursos superiores foram criados no Brasil. Sobretudo, continuaram as discussões sobre o perfil do profissional no início do novo ano. Porém, pouco mais de 40 cursos foram encerrados, ou não são mais ofertados nos processos seletivos por instituições permitidas pelo MEC, as que restaram tentam se consolidar.

No campo da comunicação social, o ensino superior foi formalizado por cinco currículos mínimos, como os dos anos de 1962, 1965, 1969, 1978 e 1984, segundo Moura (2002, p. 85) descreve que “o currículo mínimo possui tronco comum a todas as áreas, e o estudo de áreas específicas diversificadas que são as

habilitações” além das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2002 e 2013. Para Moura (2002, p. 245 *apud* RHODEN, 2013, p. 141) “as diretrizes são caminhos, recomendações para as instituições de ensino”. Dão um norte para a educação e permitem uma melhor elaboração curricular dos cursos orientada pelo Conselho Nacional de Educação

Atualmente no país existem aproximadamente 62 instituições de ensino superior ao todo, segundo dados fornecidos pelo CONFERP,<sup>1</sup> em situação ativa, modalidade presencial, grau bacharelado, público e privado. Sendo a região sudeste com a maior concentração de instituições de ensino, no total com 32 cursos, seguida da região Sul, com 17 cursos em RP, a região Nordeste com 10 cursos, a região Centro-Oeste, com 2 cursos, e a região Norte com apenas 1 instituição.

Entretanto, dados fornecidos pelo Ministério da Educação via portal E-MEC<sup>2</sup>, possuem hoje no país 94 instituições com curso superior em Relações Públicas, em situação ativa, modalidade presencial, grau bacharelado, público e privada. A região Sudeste se destaca pela quantidade de instituições de ensino com 51 no total, seguida por 18 na região Nordeste, 20 instituições na região Sul, 3 na região Centro-Oeste e 2 na região Norte.

Porém, a pesquisa realizada pelo CONFERP mostra que o Rio Grande do Sul apresenta 12 instituições de ensino, sendo 4 instituições públicas e 8 instituições privadas. No site do Ministério da Educação, via portal E-MEC são 13 instituições ao todo, sendo 4 públicas e 9 privadas. As 4 instituições públicas que em ambas apresentam são: A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM e Cesnors Campus Frederico Westphalen).

---

<sup>1</sup> No dia 29 de março deste ano foi enviado e-mail ao Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas, referente a instituições de ensino superior com o curso de RP em andamento, modalidade presencial, grau bacharelado, pública e privada. No dia 10 de abril obtemos retorno sobre as informações necessárias, sendo expostas no decorrer do trabalho.

<sup>2</sup> Dados disponíveis em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

### 3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Neste terceiro capítulo abordaremos quatro vertentes que são essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, o primeiro assunto, é a Universidade Federal do Pampa na sua concepção, a importância e benefícios que a Universidade trouxe para a região do pampa. O segundo viés é referente ao curso de Relações Públicas que veio para complementar os três eixos da comunicação que o campus já possuía, assim como, jornalismo e publicidade e propaganda. O terceiro, sobre a história do curso de RP e as modificações que ocorreram em 2013. Em sequência, o perfil do egresso e matriz curricular, elementos que nos permitirão refletir sobre o impacto e as possibilidades com relação ao estágio curricular a partir das novas diretrizes curriculares, que será abordado no próximo capítulo.

A UNIPAMPA é o fruto da reivindicação da sociedade local, pedido que encontrou amparo na política sendo fomentada pelo governo federal para crescimento e modernização da educação em instituições de ensino superior no interior do Brasil. A universidade foi implantada já com o compromisso de favorecer o desenvolvimento local e regional, tendo em vista, estar localizada em uma região marcada por problemas de desenvolvimento sócio-econômico, além do acesso a educação básica à superior serem precárias (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2013).

Com demanda de amplificar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade na região, os representantes dos municípios pleitearam junto ao Ministério da Educação (MEC) uma instituição de ensino superior federal para a região. Essa reivindicação foi declarada em ato público na cidade de Bagé com o comparecimento do então Presidente Luis Inácio Lula da Silva no dia 27 de julho de 2005. Neste mesmo ano foi instaurado um Consórcio Universitário da Metade Sul para a inserção da nova instituição. Este consórcio foi alicerçado após assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o MEC, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 22 de novembro de 2005, pressupondo a ampliação da Educação superior na região sul (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2013).

Dando início as atividades universitárias em setembro de 2006, na UFPEL e, em outubro do mesmo ano, na UFSM. Para dar sustentação as atividades as instituições UFSM e UFPEL realizaram concursos públicos para técnico-

administrativos e docentes, dando andamento aos projetos da estrutura dos *campi*. No mesmo ano, no Congresso Nacional, entrou em discussão o Projeto de Lei nº 7.204/06 que visava à concepção da UNIPAMPA. Em março de 2007, foi criada uma Comissão de Implantação da UNIPAMPA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2013).

Assim, em 11 de janeiro de 2008, a Lei 11.640 criou a Fundação Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008a).

Dessa maneira, a UNIPAMPA passa a existir de maneira autônoma com relação às universidades que deram um suporte inicial para sua inserção na região do pampa. A UNIPAMPA por ser uma instituição pública federal assevera abertura as mais extensas áreas da vida social, se responsabilizando de traçar seus atos de forma democrática em benefício de uma comunidade justa e solidária (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2013).

No entanto, o conhecimento terá coerência quando essas premissas forem consumadas no exercício do ensino, pesquisa, extensão e gestão. Em mais outra percepção sobre a UNIPAMPA é que a instituição determina uma prática pedagógica que de materialismo as convicções balizadoras do Projeto Institucional, em que o estudo passa a ser entendido como método e não como objeto. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2013). De acordo com Kramer (1997) expressa reescrever que:

Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta contém uma aposta (KRAMER, 1997, p. 17).

Nesse contexto a prática pedagógica do docente passa a intervir no aprendizado, estimulando a criticidade como reflexão fundamental na autonomia do aluno. Dessa forma, o mesmo subtende que, como cidadão que vive na e pela sociedade, é capaz de transformar a região em que se encontra. Pois Freire (1979,

p. 19) expõe que, “quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la”.

### **3.1 O curso de Relações Públicas da UNIPAMPA São Borja**

A inserção da Universidade Federal do Pampa na região representou um importante passo na área da educação na Metade Sul do Rio Grande do Sul para consolidação de um projeto irreverente, no sentido de incentivar o progresso nas regiões contempladas com a instituição, a qualificação e o conhecimento, também vieram para fortalecer, intervir e unir os interesses regionais.

O curso de Relações Públicas foi criado com propósito de fortalecer os cursos da UNIPAMPA São Borja a fim de auxiliar nos assuntos comunitários e culturais da região, além de integralizar-se nos três eixos da comunicação do *campus*. A proposta de constituição do curso se concedeu durante a reunião do Conselho do Campus em 03 de novembro de 2008, e a ata de homologação pra dar início ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) foi anunciada no dia 16 de novembro de 2009. A concepção do curso deu-se por meio da portaria de autorização do Conselho Universitário nº 1776, de 07 de dezembro de 2011, tendo por suporte as definições tomadas pelo Conselho Universitário em 2009 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2013).

De acordo com o PPC, o curso proporciona ao discente conhecimento metodológico e teórico da comunicação associando as singularidades teóricas e práticas das Relações Públicas, para isto o currículo esta estruturado com componentes curriculares que habilitem o aluno a desenvolver projetos de importância sobre a diversidade sociocultural, se tornando apto para atuar na área cultural de maneira perspicaz, entendendo a cultura como uma criação coletiva (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2013).

O profissional de RP contempla uma área de atuação muito extensa podendo desenvolver suas atribuições, conhecimento e o pensar crítico para elaboração e gestão de planejamentos, *briefing* e organização e execução em eventos. O profissional ainda desenvolve estratégias de marketing, comunicação para 3º setor, analisa, prevê ou não crises e gerência esse desequilíbrio considerando os parâmetros específicos como: econômicos, sociais, políticos e artísticos.



A primeira turma de Relações Públicas iniciou suas atividades acadêmicas em agosto de 2010, com 49 discentes, a partir daí o número de discentes só aumentou. O curso disponibiliza 50 vagas anuais, sendo no período noturno, com duração de mínima de 8 semestres e carga horária total hoje de 3.245 horas.

Em 2012, aconteceu a primeira reformulação do PPC, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) sendo aprovado no Conselho Universitário (Consuni) em junho de 2013. As mais importantes modificações realizadas foram os acréscimos na carga horária dos componentes curriculares de Assessoria de Comunicação I e II e Produção Cultural I e II, da mesma maneira foi extinto o componente curricular de Projeto Experimental. As disciplinas de Política da Cultura e Economia da Cultura foram limitadas para 30 horas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2013).

No ano de 2014.1, o PPC foi revisado em função das bibliografias para a visita e reconhecimento do curso, que aconteceu em maio de 2014. Em agosto, o curso recebeu a visita para avaliação do MEC, na qual recebeu o conceito 4. Em 2015.1, com a Resolução nº 2 de 27/09/2013, que constituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Relações Públicas, o PPC foi reformulado tendo em vista as orientações da Diretriz. Destaca-se a mudança da carga horária total do curso, passando de 2.700 horas para 3.245 horas (subdivididas em 3.045 para componentes curriculares obrigatórios e estágio curricular supervisionado obrigatório) e 200 horas de atividades complementares de graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2013).

Até o ano de 2015, o desmembramento dos conteúdos das diretrizes curriculares acontecia por meio de núcleos temáticos a serem realizado pelo discente no transcorrer do curso, através de três eixos temáticos: de formação, de estruturação e complementar.

A partir de 2016.1, os componentes curriculares que foram reformulados em 2013, os quais tiveram o período de dois anos para se readequar, sofreram a inserção de quatro novos eixos complementares, conforme orientava a Diretriz Curricular Nacional, sendo eles: formação geral, comunicação, relações públicas e eixo suplementar- ênfase em produção cultural.

Então, 2017, a partir de uma orientação do Ministério Público Federal foi suprimida a ênfase em Produção cultural dos documentos e do nome do curso, ficando restrita apenas aos componentes curriculares por meio do eixo suplementar

que integra sete disciplinas voltadas ao âmbito cultural. Conforme documento recebido pela Pró-Reitoria:

Ao cumprimentá-los cordialmente, a Pró-Reitoria de Graduação informa que recebemos por parte do Ministério Público Federal a Recomendação n.1/2017, que recomenda à UNIPAMPA a retirada de todos os seus meios de comunicação e divulgação a menção à "ênfase em produção cultural" no Curso de Relações Públicas - Bacharelado, a fim de evitar, entre outras consequências, a errônea expectativa pelos alunos de obterem aquela titulação ao final do curso, no intuito de dar o máximo de lisura e transparência ao procedimento, conforme art. 37, *caput*, da CF/88) (BIANCHI, 2017, p. 1).

### 3.2 O perfil do egresso

De acordo com o Conselho Nacional de Educação na Resolução n. 2, de 27 de setembro de 2013, nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Relações Públicas o perfil padrão do egresso conforme, está exposto no Art. 4º, o qual afirma que o egresso deve ser ético, humanista, crítico e reflexivo, com as seguintes características.

I – capacidade apurada de análise conjuntural, de forma que se lide quantitativa e qualitativamente com dados estatísticos, econômicos e sociais, transformando-os em indicadores para a elaboração de políticas de comunicação; II– percepção das dinâmicas socioculturais, tendo em vista interpretar as demandas dos diversos tipos de organização e dos públicos; III – compreensão das problemáticas contemporâneas, decorrentes da globalização, das tecnologias de informação e da comunicação e do desenvolvimento sustentável necessária ao planejamento de Relações Públicas; IV- entendimento do campo técnico-científico da comunicação, capaz de estabelecer visão sistêmica das políticas e estratégias de relacionamentos públicos; V – capacidade de liderança, negociação, tomada de decisão e visão empreendedora (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, p. 2).

Entretanto, o Projeto Político Pedagógico do curso de Relações Públicas da UNIPAMPA destaca o profissional responsável como:

I- pela gestão da relação comunicacional das organizações com seus diversos públicos, tanto externos como internos: pela elaboração de diagnósticos, prognósticos, estratégias e políticas voltadas para o aperfeiçoamento das relações entre instituições, grupos humanos organizados, setores de atividades públicas ou privadas, e a sociedade em geral, II- pelo cumprimento de atividades que objetivem a visibilidade e à legitimidade dos assessorados perante a opinião pública, tais como o estabelecimento de relações com a mídia e o gerenciamento de crises de imagem; III- pelo exercício de atividades que visem a construção da imagem

pública de seus assessorados, incluindo as instâncias de planejamento, execução e circulação e sua recepção pelos públicos; IV- pelo exercício de interlocução entre as funções de relações públicas e as demais funções profissionais ou empresariais existentes na área da comunicação, e ainda com outras áreas sociais, culturais e econômicas com as quais as relações públicas exerçam interface; V- por uma atuação marcada pela postura ética e o compromisso com a cidadania; VI- profissionais capazes de ter iniciativas e desenvolver projetos que valorizem a diversidade sociocultural; VII- criação e organização de projetos artísticos e culturais, cuidando desde a captação de recursos à realização final, realizando orçamento do projeto, definindo cronogramas e buscando recursos para a montagem da obra; VIII- produtores conscientes de sua importância e com uma nova visão da cultura, valorizando-a em seu potencial transformador, associando-a à educação, visando construir uma sociedade melhor (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2013, p. 24).

Ainda assim, o perfil do egresso o Projeto Político Pedagógico do curso cita outro viés, se destaca como “Competências e Habilidades do Egresso” em que enfatiza o profissional a orientar instituições de esferas pública, privada e do 3º setor na formulação de políticas de relações públicas voltadas à comunicação por intermédio a cultura; planejar, implementar e avaliar projetos artísticos e culturais criados como instrumento das Relações Públicas para a comunicação com os públicos institucionais; desenvolver pesquisas, auditorias e diagnósticos de opinião e imagem; elaborar planejamentos estratégicos de comunicação institucional; estabelecer programas de comunicação estratégica para criação e manutenção do relacionamento das instituições com seus públicos de interesse; coordenar o desenvolvimento de materiais de comunicação, em diferentes meios e suportes, incluindo os digitais, voltados para a realização dos objetivos estratégicos do exercício da função de Relações Públicas; dominar as linguagens verbais e audiovisuais para seu uso efetivo a serviço dos programas de comunicação integrada (digital) que desenvolve; identificar a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos; assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes às estratégias e processos de Relações Públicas.

### **3.3 Matriz Curricular**

Neste último subtítulo será apresentada a matriz curricular do curso de RP que foi reformulada em 2013, conforme as novas Diretrizes Curriculares Nacionais-DCN, mas que entraram em vigor no início do ano passado, ou seja, no primeiro

semestre de 2016. Nessa ocasião foi criada uma Comissão de Especialistas para subvencionar a formulação das DCN do curso de RP inserida pela Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação por meio da Portaria 595/2010<sup>3</sup>. Essa comissão representativa foi composta por membros regionais e em atividade profissional e acadêmica respeitada. Assim como os docentes Margarida Krohling Kunsch (presidenta), Cláudia Peixoto de Moura, Esnel José Fagundes, Márcio Simeone Henrique (relator), Maria Aparecida Viviani Ferraz, Paulo Roberto Nassar de Oliveira e Ricardo Ferreira Freitas.

Na área da comunicação social o currículo mínimo foi normalizado por 5 currículos mínimos consolidados. No cenário das RP, segundo os registros do Ministério da Educação que define seus currículos são dos anos de 1969, 1978 e 1984 e as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2002 e 2013. Para Moura (2002, p. 245 apud RHODEN, 2013, p. 136), “as diretrizes são caminhos, recomendações para as instituições de ensino”. As diretrizes existem para orientar a educação no ensino superior, ou seja, para um melhor planejamento curricular dos cursos de graduação pregado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob a Lei nº 9.394/96, estabelecem no inciso II do Art. 53, no instante que autoriza a autonomia acadêmica, compete a instituição “fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes” (BRASIL, 1996). Refere-se a um mecanismo que propicia a instituição de ensino delinear a sua ação educativa para seus discentes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais conduzem na elaboração dos PPCs, associando conteúdos específicos, conhecimentos característicos da área, e os de áreas afins. Facilitam a ligação entre as áreas da organização do saber, tendo em vista o perfil desejado para o discente, estando apto para desenvolver as suas habilidades que, antecipadamente foram delineadas pela instituição de ensino. Gil (2010) menciona que:

---

<sup>3</sup> Dados disponíveis em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14115-pces085-13&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14115-pces085-13&Itemid=30192)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

[...] esse planejamento institucional, por um lado, é político, pois estabeleceu um compromisso com a formação de um cidadão para um tipo de sociedade. Por outro, é pedagógico, pois define os propósitos e a forma de efetivação das ações educativas [...]. Por essa razão é que o resultado concreto desse planejamento pode ser chamado de Projeto Político Pedagógico (GIL, 2010, p. 97).

A matriz curricular em questão é do curso de Relações Públicas que está subdividida em quatro eixos de formação: Geral, Comunicação, Relações Públicas e Suplementar (foi estabelecida a partir da Resolução n. 2, de 27 de setembro de 2013). Tendo a carga horária distribuída como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Carga horária da matriz curricular do curso de Relações Públicas

Formação Geral	435
Formação Complementar	450
Formação em Relações Públicas	1425
Formação Suplementar- Ênfase em Produção Cultural	525
Estágio Curricular Supervisionado em Relações Públicas	210
Atividades Complementares de Graduação(140h) e Componentes Curriculares Complementares de Graduação (60h)	200
<b>Total</b>	<b>3245</b>

Fonte: Ministério da Educação (2013)

Conforme consta no Projeto Político Pedagógico do Curso, os quatro eixos referem-se: Eixo Formação Geral: Contempla conteúdos de cultura geral e de formação ética e humanística, estabelecidas na base do conhecimento das Humanidades e das Ciências Sociais Aplicadas, da filosofia e da sociologia, com foco na ética e nas questões da sociedade contemporânea. A formação geral procura estabelecer ligações com a diversidade cultural, direitos humanos, desenvolvimento regional e sustentabilidade. No eixo formação geral também são contemplados os componentes curriculares de graduação que pode ser realizado em outros cursos de graduação disponíveis no campus que poderão ser aproveitados sem gerar novas ofertas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2013).

**Eixo Comunicação:** Contempla conteúdos das ciências da comunicação em suas dimensões teóricas e aplicadas, ressaltando aquelas que colaboram para o entendimento dos processos e práticas de relações públicas. Refere-se aos conteúdos sobre os fundamentos teóricos da comunicação e de linguagens, mídias e tecnologias.

**Eixo Relações Públicas:** É composto pelos componentes curriculares para a formação profissional em RP- Ênfase em Produção Cultural, com objetivo atingir um perfil profissional que considere o Projeto Político Pedagógico de Curso de Relações Públicas, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação / Ministério da Educação. Evidencia inclusive a relevância do pré-requisito em alguns componentes curriculares, ponderando a necessidade dos conteúdos para o aprendizado.

**Eixo Suplementar – Ênfase em Produção Cultural:** Neste eixo são contemplados os conteúdos de conhecimento a ênfase em produção cultural. Intercala-se entre Relações Públicas e a produção cultural, buscando determinar questões teóricas e o desempenho das práticas vinculadas nas duas áreas do saber (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2013).

Figura 1 - Matriz Curricular do Curso de Relações Públicas – Ênfase em Produção Cultural – 2015

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
Leitura e produção textual	Redação em RP I	Teoria e Técnica de Relações Públicas	Fotografia em Relações Públicas	Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade	Comunicação e Política	Filosofia do conhecimento	Trabalho de Conclusão de Curso
Sociologia da comunicação	Fundamentos da Ciência Política	Redação em Relações Públicas II	Estratégias de relacionamento com os públicos	Estratégias de relacionamento com a mídia	Comunicação, cidadania e diversidade sociocultural	RP e empreendedorismo	Tópicos especiais
Estudos da Cultura	Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação	Gestão de eventos e cerimonial e protocolo	Planejamento de Relações Públicas	Produção audiovisual institucional	Ética e legislação em Relações Públicas	Relações públicas governamental e internacional	
Fundamentos de Relações Públicas e de Produção Cultural	Psicologia social e organizacional	Comunicação Integrada	Pesquisa aplicada em Relações Públicas	Produção gráfica em Relações Públicas	Gestão de mídias sociais	Projeto em Relações Públicas e Produção Cultural	
Economia Criativa	Teoria da Comunicação Comunicação e	Política Cultural	Relações Públicas na produção cultural	Marketing Cultural	Gestão de espaços culturais	Libras	
				Estágio Obrigatório	Estágio Obrigatório		

Formação Geral
  Comunicação
  Relações Públicas
  Suplementar – ênfase em produção cultural

Fonte: Terra (2016)

#### **4 IMPACTOS E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM RELAÇÕES PÚBLICAS PARA O CURSO DE RP DA UNIPAMPA**

Neste último capítulo será tratado sobre o objetivo principal deste trabalho, o formulário de pesquisa realizado com os discentes do curso de Relações Públicas, referente a opinião sobre o estágio obrigatório supervisionado em RP, componentes curriculares ofertado no 5º e 6º semestres, tentando vislumbrar novas possibilidades de empresas para realização do mesmo. Considerando a realidade regional do município de São Borja, estima-se que possua, hoje, 62.897 mil habitantes<sup>4</sup>, segundo censo realizado em 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística-IBGE. Uma cidade localizada no Oeste do Rio Grande do Sul, com divisa demarcada pelo Rio Uruguai com a cidade de Santo Tomé, na Argentina. Um município em que predomina o setor primário, com destaque para a agricultura e pecuária e beneficiamento de grãos como arroz, soja e trigo. Frente a esse cenário, muitas vezes, torna-se difícil encontrar campo de estágio para todos os discentes do curso de Relações Públicas.

Analisando esse obstáculo, pensou-se em realizar essa pesquisa para identificar as cidades de origens dos alunos, bem como empresas que possuem o departamento de comunicação e teriam interesse em colaborar com o desenvolvimento deste componente curricular obrigatório.

Assim, como toda pesquisa tem seu início quando há uma dúvida e para responder essa pergunta se realiza um questionamento. Pesquisar, logo é procurar uma resposta para alguma coisa. Segundo Gil (2007), pesquisa é caracterizada como:

[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até apresentação e discussão dos resultados (GIL, 2007, p. 17).

A questão teve início quando o estágio supervisionado passou a ser obrigatório e também pelo fato de que o município de São Borja não possui campo de estágio suficiente para todos os discentes. Dessa forma, optou-se pela

---

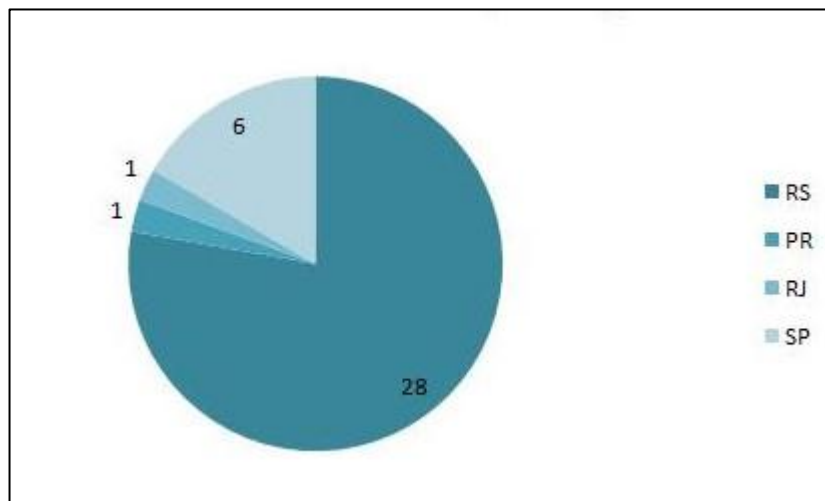
<sup>4</sup> Dados disponíveis no endereço: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431800> >. Acesso em: 6 abr. 2017.

elaboração de uma segunda pesquisa, um questionário para identificar as empresas da cidade que teriam interesse em fazer um futuro convênio com a UNIPAMPA.

Oliveira (1997, p. 165 *apud* MOYSÉS; MOORI, 2007, p. 2) afirma que todo questionário de pesquisa apresenta três características, sendo elas: 1-dever ser a espinha dorsal de qualquer levantamento, 2- deve reunir todas as informações necessárias (nem mais nem menos), 3-deve possuir linguagem adequada.

Assim sendo, a primeira pesquisa, referente ao estágio foi aplicada em dois dias, com os ingressantes de 2016.1, que são os primeiros alunos com os componentes do novo PPC do Curso. Responderam ao questionário, 36 discentes, provenientes de quatro estados brasileiros, como: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Gráfico 1 – Quantidade de alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA por Estado de origem

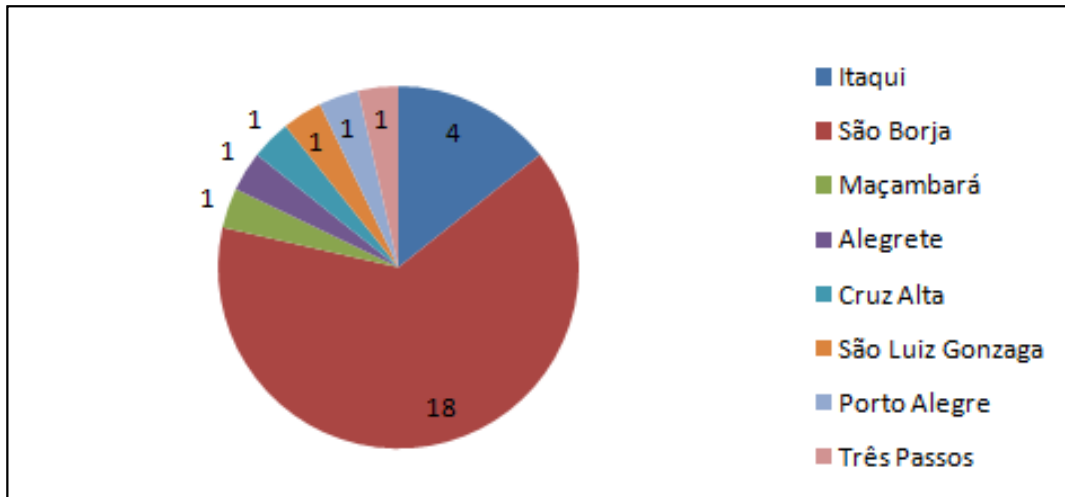


Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

A região Sul se destaca pela quantidade de discentes, seguido do estado de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro no curso de RP.



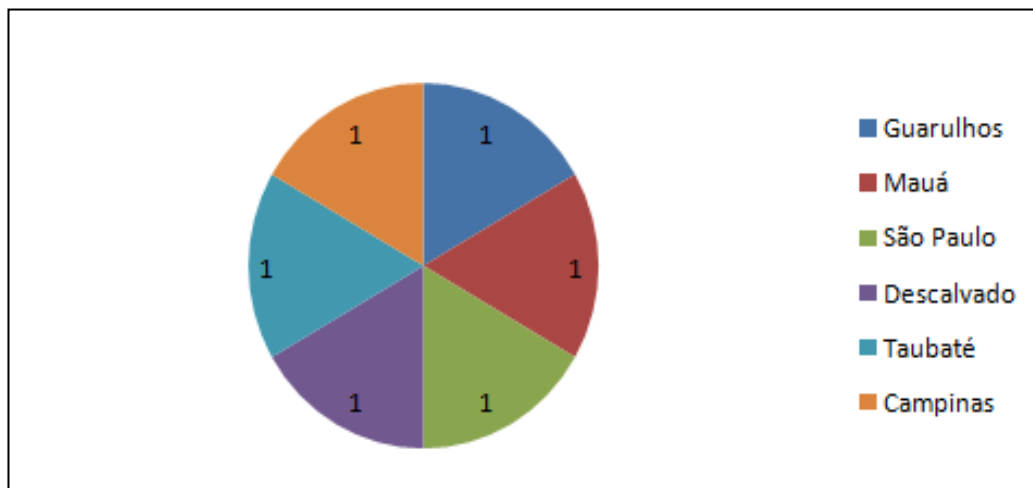
Gráfico 2 – Quantidade de alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA do Rio Grande do Sul por cidade de origem



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

Como se percebe os municípios de São Borja e Itaqui possuem o maior número de discentes com 18 e 4, respectivamente, os restantes são de cidades próximas, além de haver um aluno da capital do estado. Com outras universidades inseridas nas próprias cidades de origem, alguns discentes optaram por estudar RP na UNIPAMPA campus São Borja pelo fato de o curso ter o diferencial da ênfase em produção cultural até pouco tempo atrás nos documentos e nome do curso.

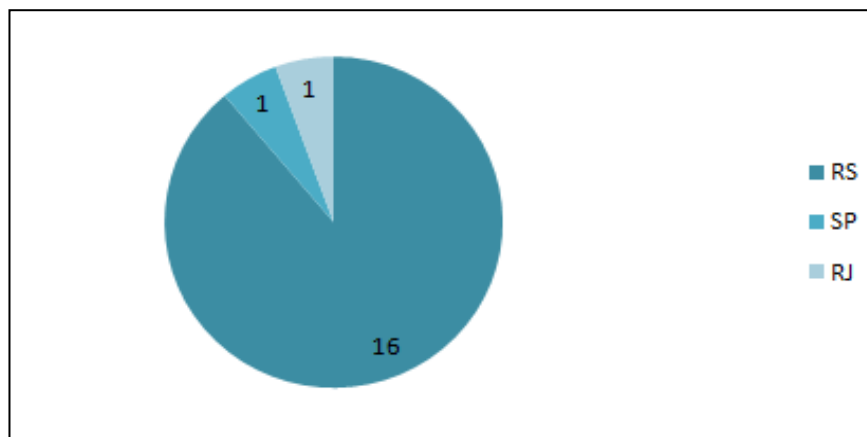
Gráfico 3 - Quantidade de alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA de São Paulo por cidade de origem



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

Dessa maneira, constatamos que no curso de RP possui 6 discentes do estado de São Paulo, seguido do estado do Paraná, mais precisamente da cidade de Santa Mônica e da capital Rio de Janeiro com um discente cada uma. Os 3 estados possuem inúmeras empresas com área da comunicação, o que facilitaria na realização do estágio se ocoresse durante as férias de verão por haver muitas empresas com o departamento nas próprias cidades de origem dos discentes.

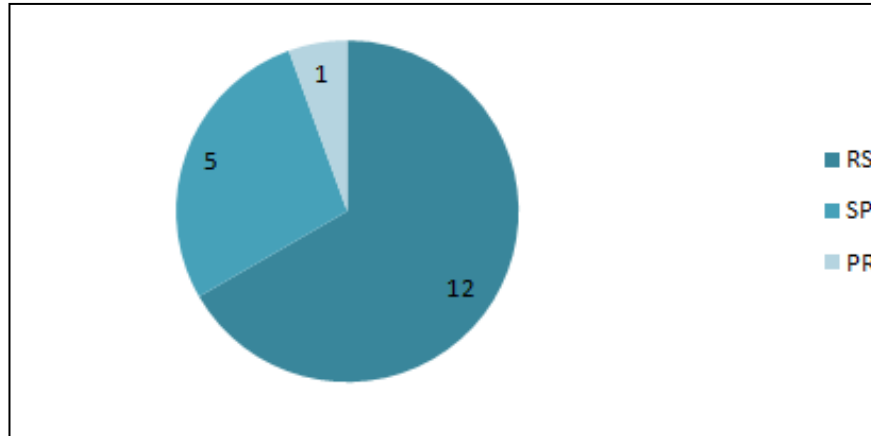
Gráfico 4 – Número de alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA que permanecem em São Borja durante as férias



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

Ao analisarmos os gráficos verificamos que discentes de 3 estados permanecem na cidade durante as férias, sendo que o representante do estado do Paraná volta a sua cidade de origem na qual possui empresas com departamento de comunicação o que facilitaria a sua realização no estágio. Neste gráfico a região Sul possui 4 discentes a mais que o próximo gráfico que permanece no município, assim como, um paulista e um carioca.

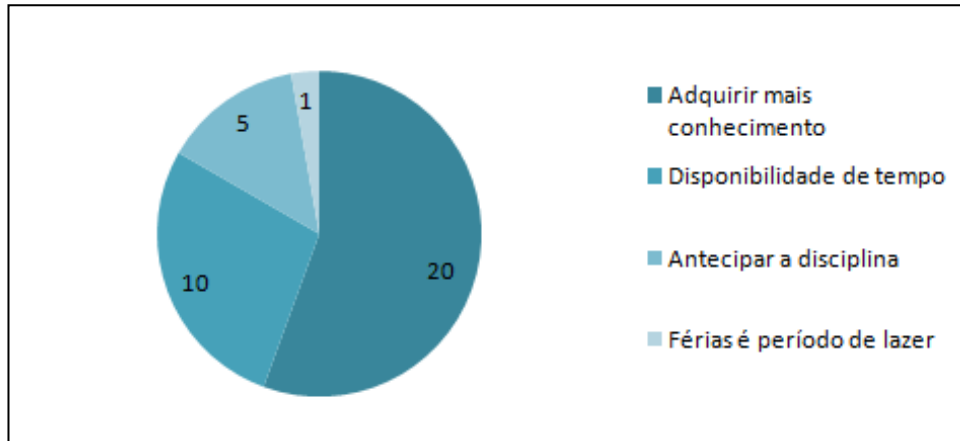
Gráfico 5 – Número de alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA que não permanecem em São Borja durante as férias



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

Através do gráfico 5 identificamos que o discente do estado do Paraná volta a sua origem, facilitando a realização do estágio se for durante as férias de verão. Bem como alguns gaúchos e 5 paulistas em que todas as cidades paulistas citadas possuem mais de uma empresa com departamento de comunicação, propiciando a esses 6 alunos realizar o componente curricular durante as férias. Dos 12 alunos que não permanecem na cidade, a metade refere-se às cidades do estado que foram expostas no gráfico 2 o que coopera para esses 6 alunos em realizar o estágio durante as férias de verão nas suas cidades de origens.

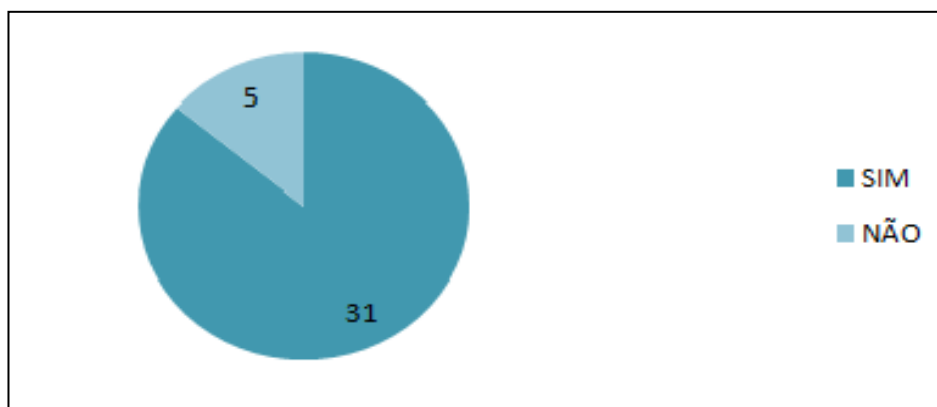
Gráfico 6 – Motivos pelos quais os alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA fariam ou não estágio durante as férias



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

Neste item notamos que, se o estágio fosse realizado durante as férias, mas com supervisão de um docente responsável pelo componente curricular a maioria estaria de acordo em executá-lo para adquirir mais conhecimento. Assim como, a maioria retorna as suas cidades de origem como mostra os gráficos anteriores, se torna mais fácil para aos alunos que permanecem na cidade durante as férias em realizar o estágio, por ser menor a quantidade de alunos em busca da execução do estágio no município de São Borja.

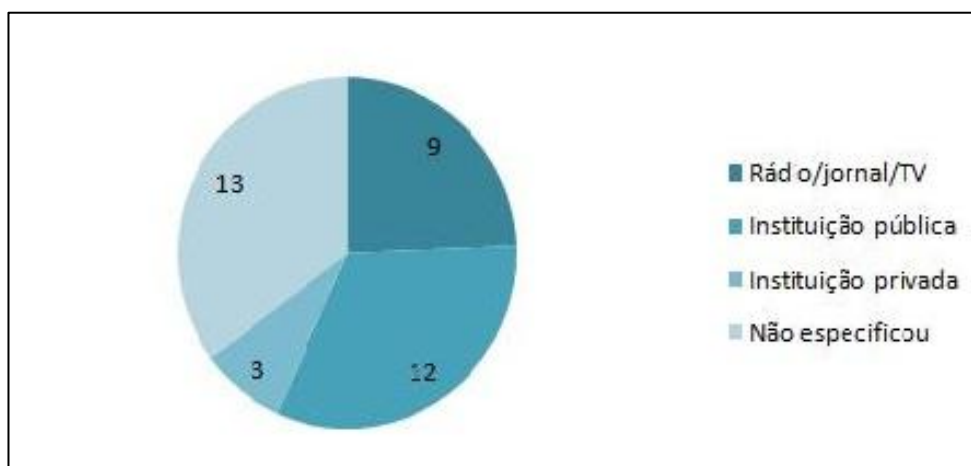
Gráfico 7 – Número de alunos do curso de Relações Públicas da UNIPAMPA que possuem em sua cidade de origem empresas com departamento de comunicação



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

Essas cinco respostas são referentes aos 4 discentes das cidades de Itaqui e apenas 1 de Maçambará, por serem municípios pequenos não possuem empresas com departamento de comunicação para a realização do estágio. Então, a partir desse tópico começamos a identificar o obstáculo de não ter empresas nem sequer profissionais para um possível estágio na cidade de origem dos discentes durante as férias. O que pode ocorrer é desses alunos realizarem o estágio no município de inserção da UNIPAMPA campus São Borja.

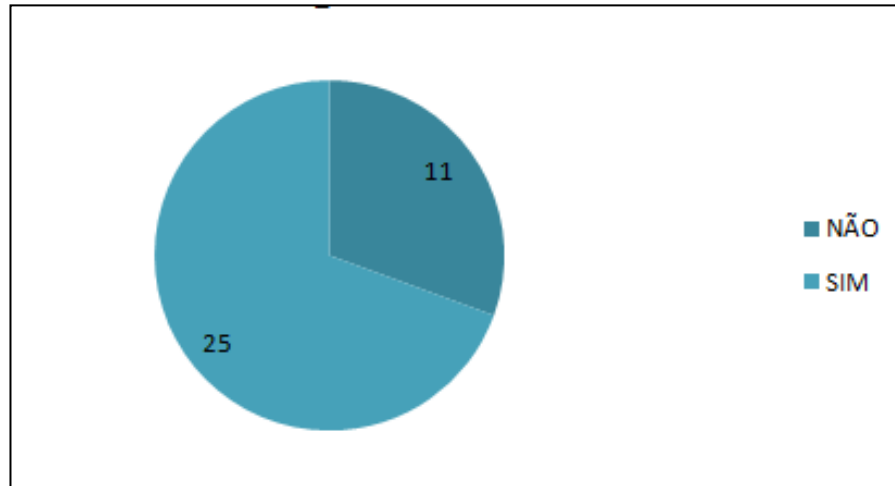
Gráfico 8 – Tipos de empresas que possuem departamentos de comunicação na região Sul e Sudeste



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

Neste item a maioria dos discentes citou mais de uma empresa, sendo elas públicas e privadas, rádio, jornal e TV. As 3 respostas não especificadas são dos alunos dos municípios de Itaqui e Maçambará, pois se sabe que esses discentes não irão poder realizar o estágio nas suas cidades de origem por não haver empresas com departamento de comunicação. Porém, as demais cidades gaúchas e dos estados paranaense, carioca e paulista dispõem de empresas com área da comunicação, o que possibilitaria a realização do estágio obrigatório conforme se observa nos gráficos anteriores.

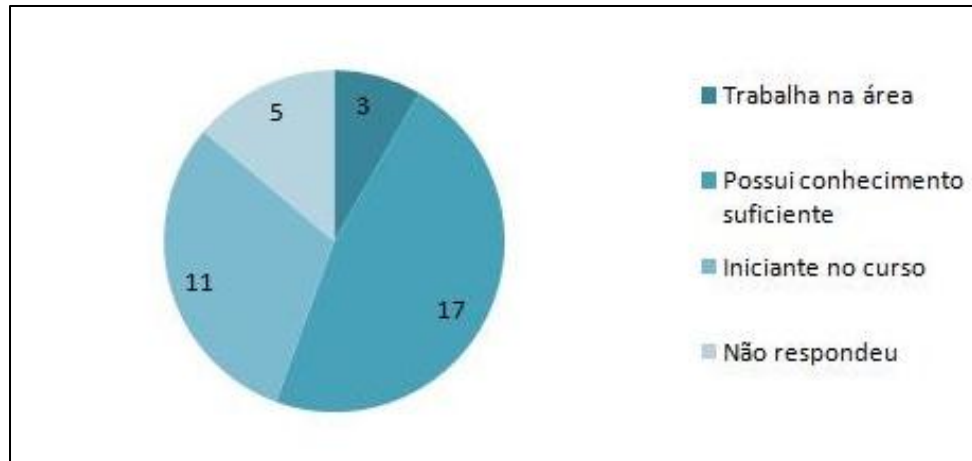
Gráfico 9 – Número de alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA que se sentem preparados para realizar estágio na área



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

Neste viés a maioria se sente apto a desempenhar um estágio por já ter adquirido mais conhecimento da área, ou seja, já estão a mais tempo cursando RP na UNIPAMPA, os demais são iniciantes no curso por isso ainda não se sentem preparados. Se o estágio fosse em breve, os docentes responsáveis deveriam dar uma atenção mais significativa a estes discentes, além da supervisão constante sobre o aluno e suas atividades, conforme consta na Legislação n. 11.788, de 25/9/2008, normativa n. 4, de 24/7/2014.

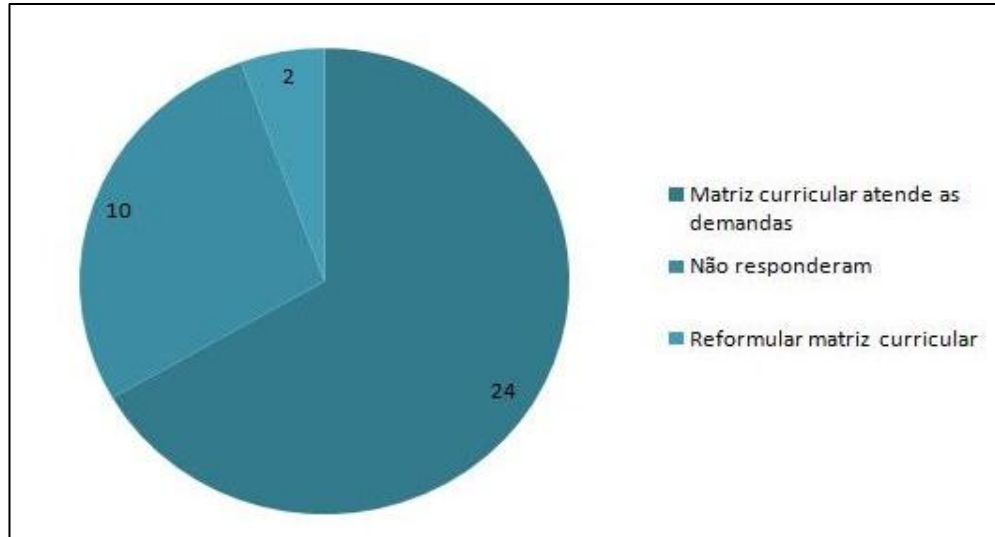
Gráfico 10 – Motivos pelos quais os alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA sentem-se motivados ou não



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

Os gráficos mostram que a minoria trabalha na área da comunicação. Podendo haver após a realização do estágio, do aluno ser contratado para seguir atuando na área da empresa concedente, fortalecendo o vínculo de convênio de estágio com a UNIPAMPA para que outros alunos possam usufruir dessa mesma oportunidade.

Gráfico 11 – Opinião dos alunos em relação se a matriz curricular (2016) do curso de Relações Públicas da UNIPAMPA atende as suas demandas

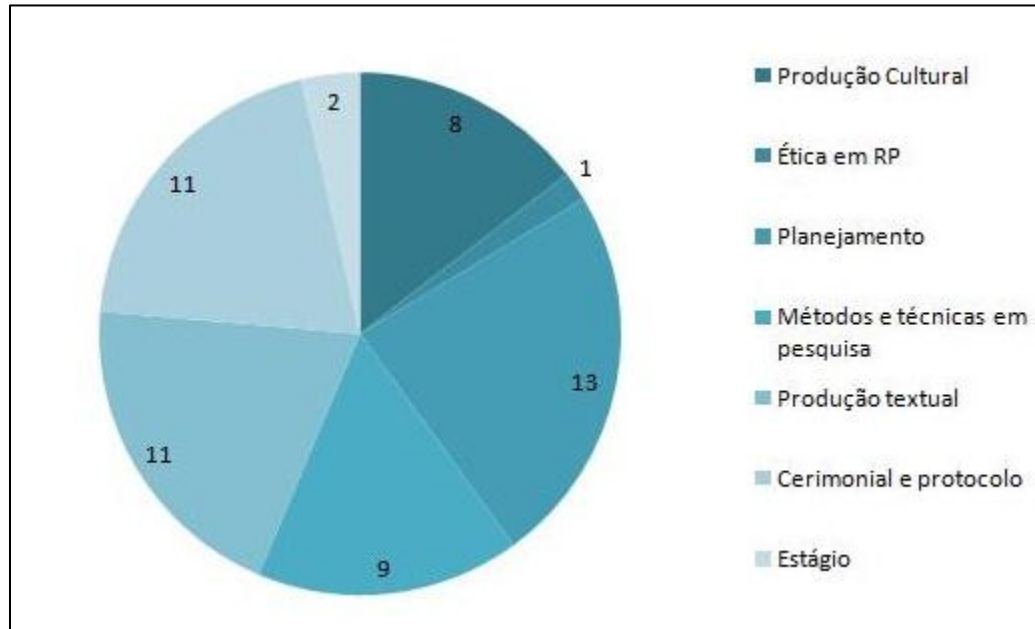


Fonte: Dados coletados e elaborados pela autora

Os gráficos mostram que a grade curricular atende as demandas dos alunos por estarem inseridos componentes curriculares dos 4 eixos de formação como mostram os gráficos a seguir.



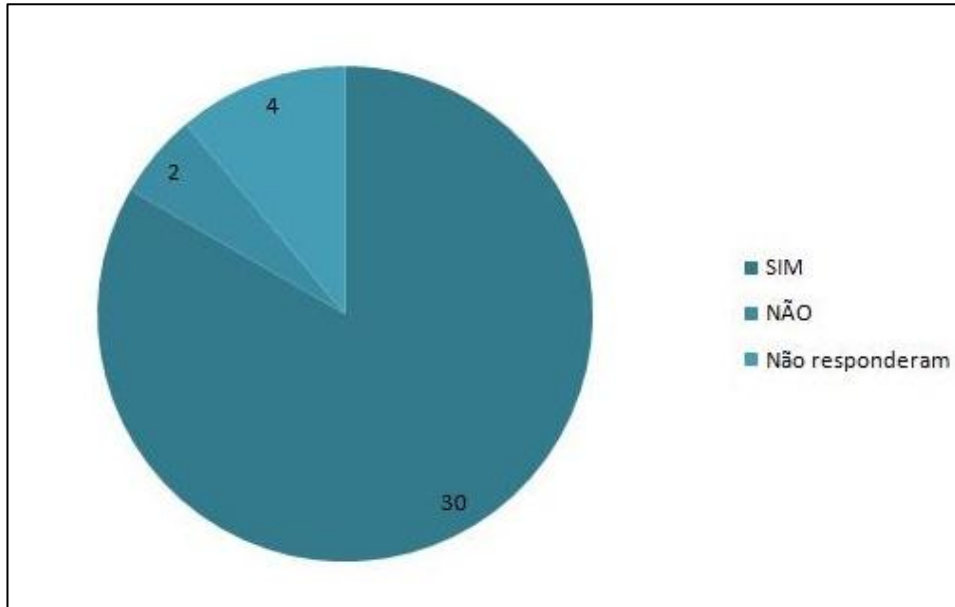
Gráfico 12 – Disciplinas que contribuem para a formação dos alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

Neste gráfico todas as respostas estão elencadas nos 4 eixos de formação. Todas pertencentes à nova grade curricular do curso, que segundo os discentes contribuem para sua formação. Sendo 4 componentes curriculares pertencentes ao eixo de relações públicas, inclusive o estágio, 1 ao eixo suplementar, 1 ao eixo de comunicação e 1 ao eixo de formação geral. Esses quatro componentes curriculares estão inseridos no eixo das RP, como eixo fundamental para formação profissional e na realização do estágio.

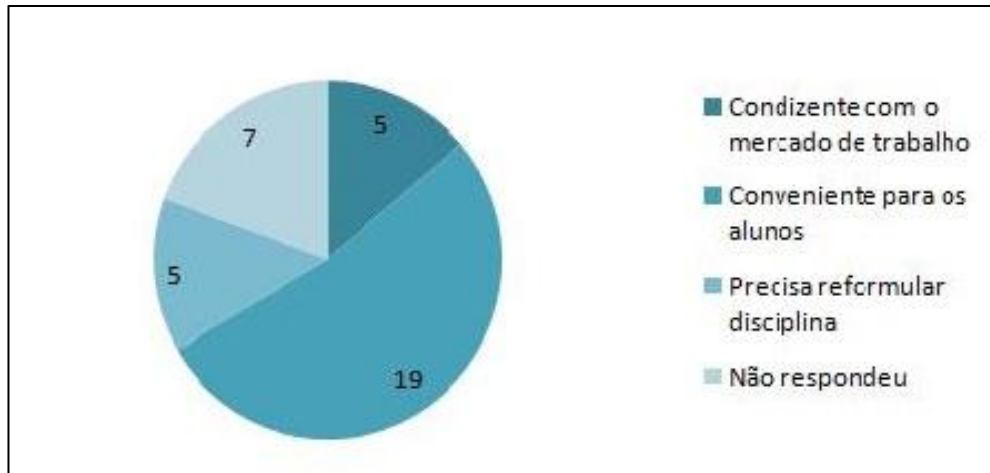
Gráfico 13 – Opinião dos alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA sobre a matriz curricular 2016 contemplar as demandas do mercado contemporâneo



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

No gráfico mostra que a maioria dos alunos responderam que a grade curricular condiz com as demandas de mercado pelo fato de estar inserido o estágio obrigatório e outros componentes curriculares como mostra o gráfico 12, que pertencem ao eixo das relações públicas como uma estrutura fundamental na criação profissional do aluno, ou por já estar atuando na área ou por já estar cursando a mais tempo o curso de RP.

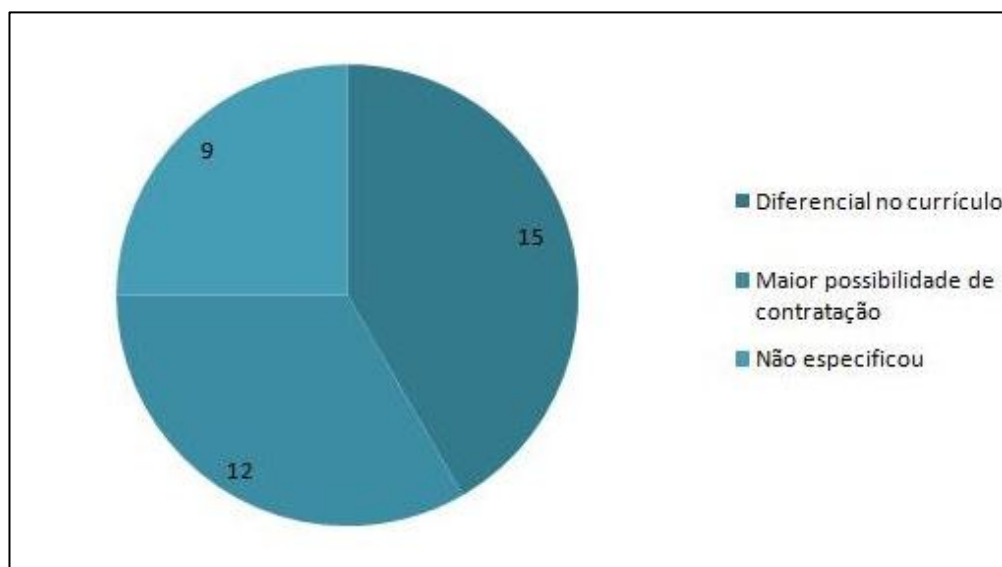
Gráfico 14 – Justificativa dos alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA em relação a matriz curricular 2016 do curso contemplar as demandas do mercado contemporâneo



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

Com a maioria das respostas sobre a matriz curricular condiz com mercado de trabalho, dispendo da nova grade curricular que engloba 4 eixos que são fundamentais na composição profissional do aluno como mostra o gráfico anterior.

Gráfico 15 – Opinião dos alunos de Relações Públicas da UNIPAMPA sobre a ênfase em produção cultural contribuir na obtenção de emprego



Fonte: Dados coletados e organizados pela autora

Se na documentação e no nome do curso permanesse a ênfase em produção cultural, com certeza seria o diferencial no currículo durante seleção de emprego, embora o gráfico 12 mostre que o eixo principal mais citado seja o das relações públicas na formação do aluno a ênfase em produção cultural seria o diferencial sim no currículo no momento de apresentação porém na parte de conhecimento o eixo das relações públicas teria mais relevância.

No entanto, o município possui apenas três instituições com profissionais de Relações Públicas atuando e não teria condições de oferecer muitas opções de campo de estágio obrigatório aos discentes. Observando essa questão, foi realizada a segunda parte da referida pesquisa, que foi um levantamento para identificar empresas locais que possuíam profissionais de alguma das três áreas da comunicação atuando e se estariam de acordo em aceitar um discente para a realização do estágio obrigatório. Os estágios são regulamentos de acordo com a Resolução n. 20, de 26 de novembro de 2010, através da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008 e termos da orientação normativa n. 7, de 30 de outubro de 2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2010).

Em conformidade com o Art. 7º, da Resolução n. 02/2013, o estágio supervisionado, componente do currículo com carga horária de 200 (duzentas) horas e regulamentado pelos colegiados acadêmicos da instituição, em consonância com a Lei nº 11.788, de 25/9/2008, deverá ser atividade obrigatória de vivência profissional, executada interna ou externamente à instituição (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

§ 1º Os estágios supervisionados compõem-se de conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição, profissional de relações públicas, e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas.

§ 2º Os estágios supervisionados visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que suas atividades sejam distribuídas ao longo do curso.

§ 3º A IES poderá reconhecer e aproveitar atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

§ 4º O estágio supervisionado deverá contar com medidas efetivas de orientação e avaliação tanto por parte das instituições de educação superior quanto por parte das instituições concedentes (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, p. 3-4).

Assim como, durante toda a realização do estágio terá supervisão do docente encarregado de direcionar e auxiliar nas atividades desempenhadas pelo discente, da mesma forma um profissional devidamente diplomado na área da comunicação deverá supervisionar as atividades dentro do âmbito da instituição concedente.

Como todo estágio para fins acadêmicos se faz necessária a documentação antes do processo de realização do mesmo. Neste sentido, a UNIPAMPA faz as seguintes exigências: faz-se primordial o convênio entre a UNIPAMPA e a instituição consentida, que pode ser celebrado tanto em instituições públicas quanto privadas. Caso a empresa não tenha um acordo de estágio com a UNIPAMPA é exigida a criação de novo convênio, assim posteriormente a empresa entrará para lista dos convênios vigentes.

Salienta-se que a UNIPAMPA apresenta um modelo de Convênio de Estágio<sup>5</sup>, na qual constam cláusulas coesivas a Lei nº 11.788/2008 que, após o preenchimento, com os dados da empresa interessada ao convênio é listado pela Divisão do Estágio. Em um segundo momento, é obrigatório o preenchimento do Termo de Compromisso do Estágio-TCE, em que devem constar os dados de identificação de ambas as partes (instituição de ensino e empresa), além de outras informações como: cargo e função do supervisor do estágio da parte concedente e do orientador da instituição de ensino; as responsabilidades de cada parte; objetivo do estágio; definição de cada área do estágio; plano de atividades com vigência; jornada de atividades do estagiário; definição do intervalo na jornada diária; vigência do termo; motivos de rescisão; concessão do recesso dentro do período de vigência do termo; valor da bolsa; valor do auxílio transporte; concessão de benefícios; o número da apólice e a companhia de seguros. Simultaneamente, as partes devem preencher este termo, segundo a Lei nº 11.788, de 25 setembro de 2008, como forma de estabelecer entre si as condições que regerão o TCE. Ainda, deve ser preenchido um Plano de Atividades do Estágio por parte do discente.

Na sequência encaminha-se a Ficha de Acompanhamento do Professor Orientador servindo como uma contribuição e acompanhamento do orientador alusivo às atividades exercidas que devem constar informações básicas do estagiário, além das datas de entregas dos relatórios que devem ser apresentados a cada seis meses entre as partes, isto é, do estagiário e empresa concedente.

---

<sup>5</sup> Dados disponíveis: <<http://porteiros.s.unipampa.edu.br/estagios/files/2010/04/Conv%C3%AAAnio-2016-Modelo.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Constantemente, a cada seis meses o estagiário deve apresentar esse Relatório de Atividades preenchido pelo discente contendo informações das atividades desempenhadas e observação das principais aprendizagens, contrariedades enfrentadas e propostas para o orientador. Da mesma maneira, a empresa concedente deve preencher e apresentar seu Relatório de Atividades que foram desenvolvidas pelo estagiário e seu parecer das contribuições do mesmo.

No Termo de Realização do Estágio, que é uma avaliação relativa ao desempenho do discente durante o período de estágio, deve ser preenchida pela parte concedente. Do mesmo modo que o estagiário deve elaborar o Relatório Final de Estágio, para ser entregue ao término do estágio, que deve conter todas as atividades executadas, uma análise geral do estágio, a importância da oportunidade recebida, as principais aprendizagens e orientações.

Após compreendermos o processo de estágio regulamentado pela UNIPAMPA, fez-se necessário averiguarmos os campos de estágios disponíveis no município de São Borja, a partir da realização de pesquisa com as empresas associadas da Associação de Comércio e Indústria de São Borja (ACISB). A entidade conta com 285 empresas no momento, sendo realizado o contato via e-mail com cada empresa inserida na lista de empresas ativas no município.

Dos 285 e-mails enviados 17 empresas responderam ao e-mail, sendo 7 empresas sem profissionais da área da comunicação, porém demonstraram interesse em receber discentes para a realização de um possível estágio, são elas: Rota Sistemas de Segurança, Jornal O Regional, Pousada Sítio Reserva, Texas Beer, Pró-Condomínio, Ropel Distribuidora, Gil Beauty Hair. As outras duas empresas Consermaq Papelaria e Lamtur Agência de Viagens ambas possuem um profissional de Publicidade e Propaganda atuando e estão de acordo em receber estagiários. As demais empresas que responderam são: Bonotto Corretora de Seguros, Diskel Telefonia, Gabaritu's, Gráfica Impresul, Hotel Itaipu, Óptica Central, Jussamara Lauter e Sementes Bernardes, nenhuma possui profissional da área, nem departamento de comunicação, isto é, não poderiam receber alunos para estágio. A busca por empresas que pudessem realizar convênio com a UNIPAMPA para a realização de futuros estágios surgiu tendo em vista o número elevado de discentes da cidade, totalizando 18 alunos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização deste trabalho observou-se que os alunos a partir do 3º semestre do curso de RP, em sua maioria, sentem-se preparados para realizar o estágio obrigatório supervisionado, e buscam realizar o estágio com o objetivo de adquirir mais conhecimento ou por haver disponibilidade de horário durante as férias de verão em que terá a supervisão de docente do curso de RP. Os componentes curriculares, segundo as respostas obtidas que mais atende as demandas são as que estão incluídas nos 4 eixos de formação como de: Relações Públicas, Formação Geral, Comunicação e Suplementar- Ênfase em Produção Cultural, além de a nova matriz curricular contemplar as demandas de mercado. Todavia, mesmo sem apresentar a ênfase em produção cultural no nome do Curso, a presença de componentes curriculares nessa área, é considerada, pelos discentes, um diferencial da matriz curricular do curso de Relações Públicas.

Outro detalhe relevante é que a realidade regional de São Borja não oferece um campo de estágio supervisionado para todos, por ser uma cidade pequena e do interior do estado, não há interesse ou conhecimento da profissão por parte dos empresários locais, sobre a importância de ter um profissional da comunicação graduado responsável pelas ações da empresa. As que resistem limitam-se a contratar profissionais da outra área da comunicação, assim como, publicidade. Deixando de incentivar no desenvolvimento do município por achar que o profissional de RP não tem aptidão de desempenhar um papel próximo ou talvez intrínseco a profissão de RP.

Outro fato limitador é referente ao curso de RP ser noturno e alguns discentes exercerem outras atividades durante o dia, não podendo executar no turno inverso ao das aulas o estágio obrigatório supervisionado que segundo a Resolução n. 2, de 27 de setembro de 2013, tem por carga horária de 105 horas cada componente curricular, o que acaba se tornando uma limitação ao executar o estágio por parte dos alunos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Para entender Relações Públicas**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

BIANCHI, Paula. **E-mail encaminhado pela PROGRAD/UNIPAMPA em 14/03/2017**.

BRASIL. **Lei 11.640**, de 11 de janeiro de 2008. Institui a Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Brasília, 11 jan. 2008a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 25 set. 2008b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 23 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 63.283**, de 26 de setembro de 1968. Aprova o regulamento da profissão de Relações Públicas. Brasília, 26 set.1968. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=93375>> Acesso em: 19 fev. 2017.

FRANÇA, Fábio. Subsídios para o estudo do conceito de relações públicas no Brasil. **Revista de Comunicação e Sociedade**. São Bernardo do Campo: Umesp, ano 24, n. 39, 1º semestre/2003, p.127-154.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



GURGEL, João Bosco Serra. **Cronologia da evolução histórica das relações públicas**. 3. ed. Brasília: Linha gráfica e editora, 1985.

JESUS, Odilon Sergio Santos de. Relações Públicas e modernização: o curso especial da EBAP. *In*: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org). **História das Relações Públicas**: fragmentos da memória de uma área. [recurso eletrônico]. EDIPUCRS. Porto Alegre: 2008. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/historiarp>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

KRAMER, Sônia. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. **Educação & Sociedade**, v. 18, n. 60, p. 15-77, dez. 1997.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Relações Públicas e modernidade**: novos paradigmas na comunicação organizacional. 5. ed. São Paulo: Summus, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução n. 2**, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. Brasília, 27 set. 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14243-rces002-13&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14243-rces002-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

MOURA, Cláudia Peixoto de. Fragmentos da história do ensino de Relações Públicas no Brasil. *In*: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org). **História das Relações Públicas**: fragmentos da memória de uma área. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/historiarp>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **O curso de comunicação social no Brasil**: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

MOYSÉS, Gerson Luís Russo; MOORI, Roberto Giro. Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário. *In*: **XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção** – A energia que move a produção: um diálogo sobre integração, projeto e sustentabilidade, Foz do Iguaçu, PR, 9-11 out. 2007. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGETP2007\\_TR660483\\_9457.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGETP2007_TR660483_9457.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2017.

NASSAR, Paulo. **O profissional de Relações Públicas no ambiente corporativo global**: uma contribuição para a Comissão de Especialistas em formação superior de Relações Públicas. São Paulo: ABERJE, 2010. Disponível em: <[http://www.aberje.siteprofissional.com/acervo\\_colunas\\_ver.asp?ID\\_COLUNA=539&ID\\_COLUNISTA=28](http://www.aberje.siteprofissional.com/acervo_colunas_ver.asp?ID_COLUNA=539&ID_COLUNISTA=28)>. Acesso em: 23 mar. 2017.

RHODEN, Valmor. **O ensino superior de Relações Públicas**: formação digital, práticas e desafios na UFSM. Tese de Doutorado em Comunicação para a obtenção do título de Doutor em Comunicação Social do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5651/1/000454043-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SILVA, Sandro Takeshi Munakata da. Relações Públicas: história e contextualização. *In: Anais do 6º Interprogramas de Mestrado da Faculdade Casper Líbero*, São Paulo, 5 e 6 nov. 2010. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Sandro-Takeshi-Munakata-da-Silva.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

TAVARES, Marcelo de Barros. Novas perspectivas para a docência das Relações Públicas no ensino superior. *In: Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação*, Rio de Janeiro: Intercom, 2015. Disponível em: <[http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista\\_area\\_DT3-CO.htm](http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area_DT3-CO.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2017.

TERRA, Elisa Lübek. **O cenário social e a teia de conceitos (de) marcadores da formação do profissional em produção cultural**: desafios do currículo de graduação. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação nas Ciências. Ijuí, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução n. 20**, de 26 de novembro de 2010. Dispõe sobre a realização dos Estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os Estágios realizados no âmbito desta Instituição. Bagé: UNIPAMPA, 26 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico do curso de Relações Públicas – ênfase em Produção Cultural**. São Borja: UNIPAMPA, 2013.

WELS, Ana Maria Córdova. Aspectos históricos da atividade de Relações Públicas: paralelos com a origem das assessorias de comunicação Social. *In*: MOURA, Cláudia Peixoto de (Org). **História das Relações Públicas**: fragmentos da memória de uma área. [recurso eletrônico]. EDIPUCRS. Porto Alegre: 2008. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/historiarp>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

## ANEXO A - E-mail enviado ao CONFERP

----- Mensagem encaminhada -----

De: **Nadge Bressan** <[nadge\\_b.nilson@hotmail.com](mailto:nadge_b.nilson@hotmail.com)>

Data: 29 de março de 2017 10:12

Assunto: Informações

Para: "[fnes@mec.gov.br](mailto:fnes@mec.gov.br)" <[fnes@mec.gov.br](mailto:fnes@mec.gov.br)>

Olá, bom dia. Sou acadêmica de Relações Públicas, da UNIPAMPA- São Borja RS.

Estou no trabalho de conclusão de curso 2, então, venho através desse solicitar informações (a título acadêmico) sobre o número de cursos de graduação em Relações Públicas no país e se há pesquisa na área? gostaria de ter esses dados atualizados para dar continuidade no meu trabalho final.

Desde já agradeço.

Atenciosamente.

**De:** Conferp [mailto:[conferp@conferp.org.br](mailto:conferp@conferp.org.br)]

**Enviada em:** segunda-feira, 3 de abril de 2017 15:15

**Para:** 'Ouvidoria Geral Sistema Conferp'; <[nadge\\_b.nilson@hotmail.com](mailto:nadge_b.nilson@hotmail.com)>

**Assunto:** RES: Informações CURSO DE RP NO BRASIL

Prezada Nadge,

Boa tarde!

Segue anexo relação das Universidades e Faculdades com curso de RP no Brasil. Os dados foram atualizados em janeiro de 2017.

Atenciosamente,

Maria Mendonça dos Reis  
Assistente da Diretoria-Executiva  
Conferp  
(61) 3224-3183 9162-6581



1	<b>RELAÇÃO DE FACULDADES E UNIVERSIDADE COM CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS</b>		
2			
3	NOME IES	MUNICÍPIO	LOCAL DE OFERTA
4	CONRERP/1ª REGIÃO		
5	FACULDADES INTEGRADAS HÉLIO ALONSO	RIO DE JANEIRO	UNIDADE SEDE
6	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	UNIDADE SEDE
7	NOME IES	MUNICÍPIO	LOCAL DE OFERTA
8	CONRERP/2ª REGIÃO		
9	FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA	APUCARANA	UNIDADE SEDE
10	FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL	CURITIBA	
11	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	LONDRINA	CAMPUS - LONDRINA
12	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	CURITIBA	UNIDADE SEDE
13	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	CAMPINAS	UNIDADE SEDE
14	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	SAO PAULO	Campus da Capital - São Paulo
15	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	SAO PAULO	CAMPUS BAURU
16	UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO	BAURU	CAMPUS - BAURU - JARDIM BRASIL
17	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	SOROCABA	UNIDADE SEDE
18	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	SAO BERNARDO DO CAMPO	CAMPUS RUDGE RAMOS
19	FACULDADE CÁSPER LÍBERO	SAO PAULO	CAMPUS - SÃO PAULO - BELA VISTA
20	CENTRO UNIVERSITÁRIO FECAP	SAO PAULO	CAMPUS - SÃO PAULO - LIBERDADE
21	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	SAO PAULO	UNIDADE SEDE
22	UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO	SAO PAULO	Campus II
23	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANT'ANNA	SAO PAULO	CAMPUS - SÃO PAULO - SANTANA
24	FACULDADE DE COM E MARK DA - FUND ARMANDO ÁLVARES PENTEADO	SAO PAULO	UNIDADE - SÃO PAULO - HIGIENÓPOLIS
25	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	SAO PAULO	UNIDADE SEDE
26	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	TAUBATE	CAMPUS COMUNICAÇÃO
27	UNIÃO DAS FACULDADES DOS GRANDES LAGOS - UNILAGO	SAO JOSE DO RIO PRETO	UNIDADE SÃO JOSE DO RIO PRETO
28	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	SALTO	UNIDADE ACADEMICA DE SALTO
29	FACULDADES INTEGRADAS RIO BRANCO	SAO PAULO	CAMPUS - SÃO PAULO - LAPA
30	FACULDADE INTEGRADA METROPOLITANA DE CAMPINAS	CAMPINAS	CAMPUS CENTRAL - SEDE
31	ESCOLA SUPERIOR DE AD., MARKETING E COM. DE SANTOS	SANTOS	ESAMC SANTOS
32	FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO	SAO PAULO	CAMPUS - SÃO PAULO - VILA MARIANA
33	FACULDADES ATIBAIA	ATIBAIA	
34	UNCENTRO BELA ARTES DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	UNCENTRO BELA ARTES DE SÃO PAULO
35	Faculdade de Americana	AMERICANA	
36	UNIVERSIDADE CATOLICA DE SANTOS	SANTOS	
37	Faculdades Integradas Teresa D'Avila	LORENA	

39	NOME IES	MUNICIPIO	LOCAL DE OFERTA
40	CONRERP/3ª REGIÃO		
41	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	UNIDADE SEDE
42	CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA	BELO HORIZONTE	UNIDADE CARLOS LUZ
43	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	BELO HORIZONTE	CAMPUS LIBERDADE
44	FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE	BELO HORIZONTE	
45	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	
47	NOME IES	MUNICIPIO	LOCAL DE OFERTA
48	CONRERP/4ª REGIÃO		
49	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	CAXIAS DO SUL	CAMPUS SEDE
50	FACULDADE DA SERRA GAÚCHA	CAXIAS DO SUL	
51	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	SAO LEOPOLDO	SEDE
52	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	CENTRAL - PORTO ALEGRE
53	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	
54	Centro Universitário Ritter dos Reis/Uniritter	PORTO ALEGRE	
55	UNIVERSIDADE FEEVALE	NOVO HAMBURGO	SEDE
56	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL (SEDE)
57	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	SANTA MARIA	
58	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - FW	FREDERICO WESTPHALEN	
59	FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA	TAQUARA	UNIDADE SEDE
60	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED. DO PAMPA - UNIPAMPA	SÃO BORJA	
61	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	ITAJAI	
64	NOME IES	MUNICIPIO	LOCAL DE OFERTA
65	CONRERP/5ª REGIÃO		
66	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	MACEIO	CAMPUS A. C. SIMÕES
67	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	JOAO PESSOA	UNIDADE SEDE
68			
69	NOME IES	MUNICIPIO	LOCAL DE OFERTA
70	CONRERP/6ª REGIÃO		
71	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	GOIANIA	UNIDADE SEDE
72	FACULDADE SUL-AMERICANA	GOIANIA	
73	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVAG	VARZEA GRANDE	CAMPUS VÁRZEA GRANDE CRISTO REI
74	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	SÃO LUÍS	UNIDADE SEDE
75	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	MANAUS	UNIDADE SEDE
76	CENTRO INTEGRADO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS	MANAUS	UNIDADE SEDE

78	NOME IES	MUNICIPIO	LOCAL DE OFERTA
79	CONRERP/7ª REGIÃO		
80	FACULDADES INTEGRADAS IPITANGA	LAURO DE FREITAS	Campus I - Lauro de Freitas - BA
81	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	SALVADOR	Campus I - Cabula - Salvador - BA
82	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	SALVADOR	Campus - Pituacu - Salvador - BA
83	UNIVERSIDADE SALVADOR	SALVADOR	Campus Prof. Barros – Prédio de Aulas 09 Av. Luiz Viana Filho 3146 – Paralela - AS
84	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	SALVADOR	CAMPUS TRANCREDO NEVES

## ANEXO B- E-MEC

1	Ministério da Educação - Sistema e-MEC										
2	Relatório da Consulta Avançada										
3	Resultado da Consulta Por : Curso										
4	Relatório Processado : 20/06/2017 - 15:17:33 Total de Registro(s) : 92										
5											
6	Código IES	Instituição(IES)	Código Curso	Nome do Curso	Grau	Modalidade	CC	CPC	ENADE	Vagas Autorizadas	Situação
7	55	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	18662	COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	-	-	50	Em Atividade
8	1030	FACULDADE DE ECONOMIA E FINANÇAS IBMEC (FACULDADES IBMEC)	1149666	COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	3	-	-	100	Em Atividade
9	4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)	20252	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	3	4	34	Em Atividade
10	40	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)	35083	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	3	3	40	Em Atividade
11	56	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (UNESP)	3199	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	2	1	50	Em Atividade
12	150	UNIVERSIDADE DE SOROCABA (UNISO)	67725	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	5	3	3	160	Em Atividade
13	162	CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO (FEBASP)	64846	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	5	SC	3	240	Em Atividade
14	167	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO (UMESP)	28661	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	3	4	160	Em Atividade
15	227	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS (UNISANTOS)	33454	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	5	3	4	40	Em Atividade
16	338	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)	34257	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	3	4	90	Em Atividade
17	448	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS (UNIRITTER)	1266268	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	-	-	100	Em Atividade
18	548	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	23734	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	SC	SC	32	Em Atividade
19	582	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	40153	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	5	4	5	32	Em Atividade
20	1468	FACULDADE ESAMC UBERLÂNDIA (ESAMC)	95715	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	SC	SC	200	Em Atividade
21	1561	FACULDADE ESAMC SOROCABA (ESAMC)	96369	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	3	SC	SC	160	Em Atividade
22	1822	FACULDADE SUL-AMERICANA (FASAM)	50108	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	2	2	100	Em Atividade
23	1856	FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA (FACNOPAR)	59067	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	3	3	3	50	Em Atividade
24	1892	FACULDADE ENIAC (ENIAC)	118758	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	-	-	120	Em Atividade
25	3896	FACULDADE MUNDIAL ( )	118361	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	3	-	-	100	Em Atividade
26	4153	FACULDADE UNINABUCO RECIFE ( )	1129944	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	-	-	240	Em Atividade
27	5285	FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA (FACCAT)	48560	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	3	3	4	100	Em Atividade
28	9	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	40983	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	-	4	4	40	Em Atividade
29	10	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR)	27102	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	3	3	120	Em Atividade
30	11	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO (UNICAP)	87001	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	SC	3	60	Em Atividade
31	13	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS)	33257	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado	Presencial	4	3	4	110	Em Atividade



32	14	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)	33262	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	4	4	80	Em Atividade
33	19	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (PUC-CAMPINAS)	35048	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	3	3	180	Em Atividade
34	21	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)	33288	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	5	4	4	80	Em Atividade
35	23	UNIVERSIDADE FEEVALE (FEEVALE)	31445	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	4	4	3	100	Em Atividade
36	83	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI)	1204677	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	4	-	-	100	Em Atividade
37	137	UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO (USC)	19428	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	4	3	80	Em Atividade
38	200	FACULDADE CÁSPER LÍBERO (FCL)	31574	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	3	4	150	Em Atividade
39	203	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU (USJT)	1374863	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	180	Em Atividade
40	203	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU (USJT) CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO	1374864	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	180	Em Atividade
41	213	(FECAP)	88622	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	4	4	4	150	Em Atividade
42	271	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA (UNOESTE) FACULDADES INTEGRADAS HÉLIO ALONSO (FACHA)	1354280	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	100	Em Atividade
43	279		31625	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	4	3	3	40	Em Atividade
44	295	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (UNISC)	35249	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	4	4	4	25	Em Atividade
45	319	UNIVERSIDADE BRASIL ()	1314350	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	200	Em Atividade
46	343	CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA (NEWTON PAIVA)	23411	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	4	2	3	110	Em Atividade
47	344	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA (UNA)	72938	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	5	3	3	80	Em Atividade
48	375	UNIVERSIDADE SANTO AMARO (UNISA) Centro Universitário Anhanguera de São Paulo ()	74709	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	3	2	3	60	Em Atividade
49	376	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo ()	1165992	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	80	Em Atividade
50	376	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo ()	1168089	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	270	Em Atividade
51	376	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo ()	1168105	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	270	Em Atividade
52	376	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo ()	1168141	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	270	Em Atividade
53	376	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo ()	1193344	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	100	Em Atividade
54	376	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo ()	1341606	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	550	Em Atividade
55	376	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo ()	1341764	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	550	Em Atividade
56	383	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA (UNAMA)	23452	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	SC	2	100	Em Atividade
57	385	UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS) ESCOLA SUPERIOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS (ESURP)	30016	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	3	4	100	Em Atividade
58	408		30027	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	2	2	2	300	Em Atividade
59	446	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA (UNICRUZ)	25606	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	3	4	30	Em Atividade
60	456	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANT'ANNA (UNISANT'ANNA) Faculdade de Comunicação e Marketing da Fundação Armando Álvares Penteado	26407	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	3	3	140	Em Atividade
61	463		23597	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	4	3	3	30	Em Atividade
62	466	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI (UAM)	1128929	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	4	-	-	120	Em Atividade
63	466	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI (UAM) FACULDADES INTEGRADAS DE ITAPETININGA (FII)	1363708	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	100	Em Atividade
64	533		26466	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	3	2	2	100	Em Atividade
65	547	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)	23724	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	3	2	50	Em Atividade
66	571	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	1363949	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	30	Em Atividade
67	575		33743	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	5	5	20	Em Atividade
68	577	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)	33759	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	3	2	80	Em Atividade
69	579	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	1268257	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	-	-	80	Em Atividade
70	581		13733	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	5	4	5	50	Em Atividade
71	582	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	1084705	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	5	-	-	30	Em Atividade
72	584	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	14108	RELAÇÕES PÚBLICAS	Bacharelado Presencial	-	3	3	50	Em Atividade

